



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

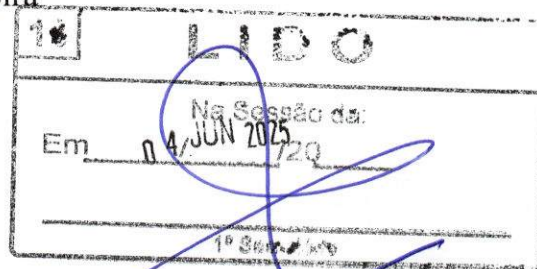
SSL
Fis. 02
Rub. JBR

OFÍCIO/GG/ 32 /2025-SAD.

Cuiabá, 24 de março de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **MAX RUSSI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador “Dante Martins de Oliveira”
Nesta.

Senhor Presidente,



Em cumprimento ao estabelecido nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência que decidi **vetar integralmente** o **Projeto de Lei nº 2218/2023**, que *“Dispõe sobre a criação de aplicativo para uso em dispositivo móvel para marcação, cancelamento e informação de consultas, exames, intervenção cirúrgicas e a posição que o paciente ocupa na fila de espera na Rede Pública Estadual de Saúde e ainda outros procedimentos que a Secretaria de Estado de Saúde possa disponibilizar no âmbito do Estado de Mato Grosso”*, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,


MAURO MENDES
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MENSAGEM Nº 32, DE 24 DE MARÇO DE 2025.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício das competências contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição do Estado, comunico a Vossa Excelência que decidi **vetar integralmente** o Projeto de Lei nº 2218/2023, que *“Dispõe sobre a criação de aplicativo para uso em dispositivo móvel para marcação, cancelamento e informação de consultas, exames, intervenção cirúrgicas e a posição que o paciente ocupa na fila de espera na Rede Pública Estadual de Saúde e ainda outros procedimentos que a Secretaria de Estado de Saúde possa disponibilizar no âmbito do Estado de Mato Grosso”*, aprovado pelo Poder Legislativo de Mato Grosso, na Sessão Plenária do dia 19 de fevereiro de 2025.

Instada a manifestar-se, a Procuradoria-Geral do Estado opinou pelo veto total ao projeto de lei pela sua inconstitucionalidade, de acordo com os tópicos elencados em parecer, os quais acompanho integralmente:

- Inconstitucionalidade formal: invasão da competência do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo que verse sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da Administração Pública, por interferir nas atribuições administrativas conferidas à Secretaria Estadual de Saúde pelo art. 25 da LC nº 612/2019 e pelo Decreto Estadual nº 670/2020, bem como por interferir nas atribuições administrativas conferidas à Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG e à Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação – MTI, conforme artigos 24, VI e XII, e 34, II, “c”, ambos da LC nº 612/2019. Ofensa aos arts. 39, parágrafo único, II, “d”, e 66, V, ambos da CE/MT;
- Inconstitucionalidade formal, por instituir obrigação que resulta em despesa pública, sem, contudo, apresentar a respectiva estimativa do impacto orçamentário e financeiro e demonstrar a compatibilidade da norma com a legislação orçamentária. Violação ao art. 113 da ADCT, ao art. 167, I, ambos da CRFB/88, ao art. 165, I, da CE, ao art. 16 da LC nº 101/2000 e ao art. 15 da LC Estadual nº 614/2019;
- Inconstitucionalidade material: a fixação, pelo Poder



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Legislativo, de prazo para que o Poder Executivo regulamente e efetive a norma (crie, implemente e disponibilize o aplicativo) fere o princípio da separação dos poderes, conforme estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.727. Violação aos arts. 2º e 84, II, da Constituição Federal.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar integralmente o Projeto de Lei nº 2218/2023**, as quais ora submeto à apreciação dos membros dessa Casa de Leis.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 24 de março de 2025.


MAURO MENDES
Governador do Estado



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



LEI Nº DE DE DE 2025.

Autor: Deputado Sebastião Rezende

Dispõe sobre a criação de aplicativo para uso em dispositivo móvel para marcação, cancelamento e informação de consultas, exames, intervenção cirúrgicas e a posição que o paciente ocupa na fila de espera na Rede Pública Estadual de Saúde e ainda outros procedimentos que a Secretaria de Estado de Saúde possa disponibilizar no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o aplicativo para uso em dispositivo móvel de marcação, cancelamento e informação de consultas, exames, intervenção cirúrgica e a posição que o paciente ocupa na fila de espera na Rede Pública Estadual de Saúde e ainda outros procedimentos que a Secretaria de Estado de Saúde possa disponibilizar no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Os usuários do Sistema Único de Saúde, com o número do Cartão Nacional de Saúde - CNS ou pelo Cadastro de Pessoas Físicas - CPF poderão por meio do aplicativo objeto desta Lei:

I - efetuar marcação, cancelamento e informação de consultas, exames, intervenção cirúrgica e a posição que o paciente ocupa na fila de espera na Rede Pública Estadual de Saúde;

II - oferecer denúncias em relação ao funcionamento, atendimento e infraestrutura das unidades de saúde do Estado;

III - outros procedimentos que a Secretaria de Estado de Saúde possa disponibilizar.

Art. 3º O uso do aplicativo deverá ser disponibilizado gratuitamente, devendo ser acessível em sistemas operacionais *IOS, Android e Windows Phone*.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Parágrafo único O aplicativo deverá ser acessível a qualquer plataforma ou sistema operacional utilizado em celulares, *smartphones e tablets*.

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios, contratos e termos de cooperação com órgãos e entidades afins para a implantação e o cumprimento desta Lei.

Art. 5º As dotações orçamentárias contemplarão as despesas decorrentes desta Lei, devendo ser suplementadas, caso necessário.

Art. 6º O aplicativo deverá ser criado no prazo máximo de cento e vinte dias após a publicação desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei de acordo com o disposto no art. 38-A da Constituição Estadual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 19 de fevereiro de 2025.

Deputado Max Russi - Presidente

Deputado Dr. João - 1º Secretário

Deputado Paulo Araújo - 2º Secretário